

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO SOBRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E GOVERNANÇA

THAMÍSIA DIRONG HENKE¹; NÁDIA CAMPOS PEREIRA BRUHN²;

¹Universidade Federal de Pelotas – thamisiadironghenke@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – nadiacbruhn@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, a globalização se configura como um fator preponderante da sociedade contemporânea, onde as fronteiras dos países já não constituem mais barreiras para o fluxo social e cultural e para as atividades econômicas. Essa interligação global ocorre em um processo dinâmico de transformação, intensificando a dependência e interação entre as regiões. Portanto, ao mesmo tempo em que as localidades dependem entre si, também correm o risco de impactar significativamente determinados setores, principalmente a economia.

Dessa forma, a globalização favoreceu a internacionalização do capital e a movimentação financeira entre países, sobretudo em forma de investimentos específicos, como o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Esse tipo de aplicação de recursos reflete o interesse de investir em uma empresa alocada dentro de um país e economia distinta da do investidor direto. Implicando também, em manter uma relação de longo prazo e exercer significativa influência na gestão da empresa (OECD, 2008).

DE MELLO (1997) conceitua o IDE como uma forma de cooperação internacional entre empresas, na qual há o envolvimento e controle na gestão das empresas estrangeiras e a participação acionária significativa. Podendo também alcançar formas mais amplas de cooperação como o fornecimento de ativos tangíveis e intangíveis por parte de uma empresa estrangeira para uma nacional, sem o controle financeiro. Esses acordos colaborativos incluem acordos de quase-investimento, sendo em sua maioria franquias e startups, joint ventures, Cooperação Pesquisa e Desenvolvimento, a qual dispõe de ações conjuntas de organizações para desenvolver tecnologias e produtos inovadores.

No entanto, pouco se fala em como esses investimentos afetam a sustentabilidade dos países receptores, visto que a degradação ambiental é um fator que aumentou significativamente a partir da Revolução Industrial e os países em desenvolvimento são os que mais sofrem as consequências dessa deterioração. BIRDSALL e WHEELER (1993) argumentam que há pelo menos três razões para os países em desenvolvimento possuírem maiores índices de poluição. A primeira implica em como os assuntos ambientais são tratados, geralmente com pouca regulamentação ambiental. Assim, quanto maior a renda em países desenvolvidos, maior será a demanda por um meio ambiente saudável, enquanto em países em desenvolvimento, com nível baixo de renda, há maior valorização dos ganhos econômicos e geração de empregos ao invés dos custos ambientais que esses despendem.

Em segundo, os custos relativos à fiscalização e monitoramento ambiental são maiores em países em desenvolvimento, devido à escassez de profissionais

treinados e a sua falta de valorização. Por último, a mudança da agricultura de subsistência para a indústria nesses países suscita níveis crescentes de degradação ambiental, já em comparação com países desenvolvidos, esses níveis decrescem, pois as indústrias são substituídas pela prestação de serviços.

De acordo com MCMICHAEL (2004) apud JORGENSON (2009), nos últimos anos muitos países em desenvolvimento passaram por um aprofundamento da dívida externa que ocasionaram em medidas de austeridade econômica desenvolvidas pelas instituições financeiras globais. Com isso, os países que contraíram dívidas, encontraram na flexibilização legal uma forma de tornar o ambiente suscetível a investidores estrangeiros e a vinda de empresas transnacionais, através de leis trabalhistas frágeis, reduções e isenções de impostos e regulamentos ambientais (BOPKIN, 2017).

Assim sendo, o principal objetivo do presente trabalho é analisar de que forma os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IDE) impactam na degradação ambiental dos países da América Latina, de maneira a identificar como a governança das instituições regula o impacto desses investimentos e contribuem para a sustentabilidade ambiental.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi a revisão bibliográfica de artigos encontrados nas seguintes bases indexadoras de pesquisas científicas: Scopus e Scielo, com a pesquisa de termos em inglês como “FDI”, “Latin America” e “Environmental”, com o intuito de obter material teórico acerca do assunto a ser tratado e desenvolvido. Sendo que o período de publicação dos materiais utilizados compreendem desde o ano de 1993 a 2019.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de um contexto de degradação ambiental devido ao uso desenfreado e da visão de inesgotabilidade dos recursos naturais, juntamente com a intensificação da preocupação internacional com o meio ambiente, o conceito de sustentabilidade ganha relevante importância na sociedade. GARCIA (2016) traz que a dimensão econômica é considerada como uma das facetas da sustentabilidade pois não há como reverter o desenvolvimento econômico já conquistado pela sociedade, porém pode-se utilizar a economia como uma forma de proporcionar melhor qualidade de vida a população com o mínimo de impacto ambiental possível. Além disso, essa mesma dimensão é considerada o elo central dos processos de globalização, que a partir da década de 90 têm influenciado significativamente na entrada dos fluxos de capitais, como o Investimento Direto Estrangeiro (RACY, 2012).

RAMIREZ (2019) aponta que nessa mesma década os países da América Latina adotaram estratégias de crescimento econômico voltadas para o desenvolvimento e a abertura de mercados, levando conseqüentemente ao aumento dos fluxos do IDE. O mesmo autor traz que um dos motivos para a abertura dos mercados econômicos em relação aos fluxos de IDE está na busca por tecnologia e know-how e na maior constância desses investimentos, já que esses, na maioria das vezes, envolvem acordos e compromissos a longo prazo.

DIAS (2014) constatou em seu estudo, com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) que grande parte dos investimentos externos recebidos pelos países latino americanos são provenientes da busca por recursos naturais e matéria-prima, como petróleo, minérios, soja, cana-de-açúcar, entre outros, com vistas à exportação; o ingresso em mercados locais, nacionais e/ou regionais através do acesso a recursos agropecuários e tecnologias produtivas e a conquista de eficiência a partir da disponibilidade de mão de obra barata e da posição geográfica da América Latina.

SAKTOPA e BASTOLA (2017) partindo dos resultados obtidos em sua pesquisa perceberam que os fluxos de IDE estão relacionados com a poluição e maior emissão de CO² e conseqüente degradação ambiental na América Latina. Da mesma forma, BLANCO, GONZALEZ e RUIZ (2013) obtiveram resultados semelhantes, onde a aplicação de IDE em indústrias consideradas de setores sujos em alguns países latino americanos associam-se a uma maior emissão de gases danosos ao meio ambiente.

Enquanto, BAEK e CHOI (2017), utilizando-se de 17 países da América Latina e dividindo-os em três grupos de economias com baixa, média e alta renda de acordo com a classificação do Banco Mundial, descobriu que conforme os fluxos de IDE aumentam, o consumo de energia e as emissões de CO² também tendem a aumentar, sendo significativo em países de alta renda, como Argentina, Uruguai, Venezuela e Chile.

Percebe-se então, que a boa governança dos países receptores do Investimento Direto Estrangeiro na América Latina atua como um determinante positivo e importante na atração de investidores. Sendo que quatro dos seis indicadores de governança mundial do Banco Mundial, Voz e Responsabilidade; Estado de Direito; Qualidade Regulatória; e Controle da Corrupção atuam positivamente na captação dos fluxos de investimentos dos países de origem (BIRO *et al.* 2019).

4. CONCLUSÕES

Portanto, de maneira geral é possível auferir que o IDE é importante para o crescimento econômico dos países, principalmente da América Latina. Porém, é necessário que as regulamentações e medidas políticas atuem efetivamente buscando o desenvolvimento econômico sustentado e alicerçado em boas práticas ambientais a fim de obter melhor qualidade ambiental nos países latino americanos. Além de incentivar a obtenção de tecnologias limpas e indústrias energeticamente eficientes com o intuito de substituir e melhorar os setores poluentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAEK, J. CHOI, Y. J. Does Foreign Direct Investment Harm the Environment in Developing Countries? Dynamic Panel Analysis of Latin American Countries. **Economies**, v. 39, n. 5, 2017.

BIRDSALL, N. WHEELER, D. Trade Policy and Industrial Pollution in Latin America: Where Are the Pollution Havens?. **The Journal of Environment & Development**, v. 2, n.1, p. 137-149, 1993.

BIRO, F. P. *et al.* The Effect of Governance on Foreign Direct Investment in Latin America - Issues of Model Selection. **Global Economy Journal**. Columbia University, v. 19, n. 1, 2019.

BLANCO, L. GONZALEZ, F. RUIZ, I. The Impact of FDI on CO² Emissions in Latin America. **Oxford Development Studies**. University of Sydney, v. 41, n. 1, p. 104-121, 2013.

BOPKIN, G. A. Foreign direct investment and environmental sustainability in Africa: The role of institutions and governance. **Research in International Business and Finance**, University of Ghana, v. 39, p. 239-247, 2017.

DE MELLO, L. R. Foreign Direct Investment in Developing Countries and Growth: A Selective Survey. **The Journal of Development Studies**, University of Kent at Canterbury, UK, v. 34, n. 1, p. 1-34, 1997.

DIAS, A. R. **Determinantes do Investimento Externo para Economias em Desenvolvimento e em Transição, 1996-2011. Existem diferenças para a América Latina e Caribe?**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GARCIA, D. S. S. Dimensão econômica da Sustentabilidade: Uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, 2016.

JORGENSON, A. K. Foreign Direct Investment and the Environment, the Mitigating Influence of Institutional and Civil Society Factors, and Relationships Between Industrial Pollution Health: A Panel Study of Less-Developed Countries. **Organization & Environment**, University of Utah, v. 22, n. 2, p. 135-157, 2009.

OECD. **Survey of Implementation of Methodological Standards for Direct Investment**. 2008. Acessado em: 21 de jun. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/inv/investmentstatisticsandanalysis/43385377.pdf>

RACY, J. C. Fluxos de entrada e saída de investimento direto: uma análise de países selecionados da América Latina no período 1995-2012 com o uso do índice de Grubel e Lloyd. **Núcleo de Análise da Economia Contemporânea**, Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2015.

RAMIREZ, M. D. A FMOLS Analysis of FDI Flows to Latin America. **Applied Economics and Finance**. Trinity College, Hartford, USA, v. 6, n. 2, p. 86, 2019.

SAKTOPA, P. BASTOLA, U. Foreign Direct Investment, Income, and Environmental Pollution in Developing Countries: Panel Data Analysis of Latin America. **Energy Economics**. Washington State University, USA, v. 64, p. 206-212, 2017.